

RELATÓRIO AUDIÊNCIA COM MEC DIA 04/11/2005

Presentes:

MEC – Ronaldo Teixeira – Secretário Adjunto; Silvio Petrus – Subsecretário de Assuntos Administrativos;

CNG/ANDES-SN – Marina, Márcio e Paulo Rizzo (diretores); Agostinho, Aloísio, Cunha, Jaldes, Marreiros, Vicente;

Parlamentares – Wasny de Roure;

Convidado do Governo: PROIFES – Robson;

A reunião teve início com o Secretário Adjunto Ronaldo Teixeira cumprimentando às “representações sindicais” (sic) e ao deputado Wasny de Roure. O Deputado saudou aos presentes solicitando ao Secretário que todos se apresentassem.

Ronaldo Teixeira, em seguida, registrou que havia assumido o compromisso, na reunião de 26/10, de entregar documento na 2ª feira (dia 31/10) com a nova proposta do MEC a tempo dos professores deliberarem em suas assembleias. Disse também que o MEC fizera novo movimento para trabalhar novas possibilidades, citando como exemplo a paridade. Afirmou que foram feitos todos os esforços e que o MPOG havia se debruçado por dois dias sobre a questão, porém rejeitando a idéia de paridade. Voltou-se para o tema do professor associado. Segundo Ronaldo Teixeira, o MEC ficou ocupado nesse trabalho de ratificar ou fazer uma nova proposta. Agora, disse, “voltamos à mesa para entregar o documento com a assinatura do Secretário Executivo Jairo Jorge para que a categoria se posicione; a nossa proposta reitera a proposta já apresentada; saliento, ainda, o aumento de recursos havido”. Em seguida, o secretário sintetizou os itens da proposta: *aumento dos atuais percentuais de titulação em 50%; criação da Classe de Professor Associado com quatro níveis; aumento da diferença entre o vencimento base da classe de professor adjunto 4, para o vencimento base do cargo de professor titular dos atuais 21% para 26%; aumento nos valores da pontuação da GED para os professores com graduação (20%), especialização (16%),*

aperfeiçoamento (12%), e mestrado (5%) a fim de proporcioná-los a reposição da inflação do período; ampliação da pontuação da GED para os inativos, passando esta de 91 para 115 pontos a partir de julho de 2006.; criação de Grupos de Trabalho com prazos previamente estabelecidos para a discussão da carreira do magistério federal – (Ver Ofício nº 598/2005/SEAD-MEC, de 04/11/05, em anexo). Continuando a discorrer a respeito, o Secretário Adjunto comentou que o conjunto dos professores tem tido posições diferenciadas em relação à proposta e completou: “esperamos que essa proposta seja oportunizadora do retorno às atividades. É chegado o momento de darmos conseqüência à proposta. Esperamos que seja dado acolhimento à proposta. Essa é a nossa proposta final”.

No prosseguimento da reunião, a palavra foi passada à Marina que discorreu sobre as assembleias realizadas que, por mais de uma vez, rejeitaram a proposta apresentada pelo MEC. Marina disse ainda que, durante essa semana, as assembleias ficaram no aguardo de uma nova proposta por parte do MEC e que o calendário fora organizado em função do compromisso do MEC assumido na última reunião, ocorrida no dia 26/10. Afirmou que a atitude do MEC de apresentar a mesma proposta é decepcionante e que, por certo, será novamente rejeitada pelas assembleias. Acrescentou que, ao contrário da expectativa declarada pelo MEC, novas assembleias estão aprovando o indicativo de greve e que o movimento está se ampliando. Enfatizou que a lentidão do governo não é responsabilidade nossa. Reafirmou que, no âmbito da negociação, a isonomia e a paridade foram apresentadas como posições firmadas pela categoria e que a expectativa tem sido de que o governo se movimente em torno desses eixos. Em relação ao 1º e 2º graus, Marina salientou o caráter profundamente indevido do tratamento dado pelo governo ao insistir na negociação em separado com o ANDES-SN e o SINASEFE, afirmando ser este um erro estratégico. Questionou ainda sobre a afirmação feita pelo Secretário Adjunto de que aquela seria a proposta final. Lembrou ainda que a proposta fora enviada ao ANDES-SN às 09h50min, quando os representantes do CNG ANDES-SN já haviam se deslocado para o MEC. O Subsecretário Sylvio Petrus informou que o envio da proposta naquele momento era responsabilidade dele. Retomando a palavra, Marina disse que se o governo considera a sua

proposta a melhor para a categoria, certamente essa não é a melhor forma de encaminhá-la.

O deputado Wasny pediu a palavra e considerou, primeiro que, na hipótese de haver GT de Carreira, há um horizonte para o 1º e 2º graus. Em relação à classe de professor associado com quatro níveis, perguntou se não haveria possibilidade de ser composta em dois níveis. Em relação ao fato da proposta não ter vindo na 2ª feira, disse que o *“MPOG não contribuiu muito e que, como ele é o gestor, é o controlador de tudo, o que acaba prejudicando”*. O Deputado inquiriu se *“há espaços para alterações na proposta e, por que o MEC não propôs um calendário para a implantação da paridade”*. O Deputado completou: *“a posição do governo certamente causará desconforto na bancada de deputados que estão acompanhando a greve. Disse ainda que é necessário que o espaço da negociação não se feche”*.

Ronaldo Teixeira aceitou as críticas ao MEC, mas disse que o ocorrido não se deu por desconsideração. Se soubesse que a proposta seria mantida, ele a teria entregue na 2ª feira. Além disso, disse que o MEC não recebeu qualquer contraproposta dentro dos limites do montante de 500 milhões.

Nesse momento Paulo Rizzo o interpelou afirmando que a proposta do CNG/ANDES-SN para obtenção da paridade e da isonomia demandam mais recursos, além dos R\$ 500 milhões, e que a disposição de Jairo Jorge, expressa na última semana foi a de busca-los junto ao MPOG. Portanto, não caberia ao movimento grevista apresentar propostas no limite do R\$ 500 milhões.

Ao final, Sylvio Petrus afirmou não haver necessidade de nova reunião e que a resposta do Comando de Greve poderia ser enviada por escrito. Diante da indagação feita pelos representantes do CNG/ANDES-SN se isso significava a ruptura das negociações, Ronaldo Teixeira concordou com a realização de nova reunião, que ficou marcada para o dia 10 de novembro, quinta-feira, às 14h.

A ‘NOVA PROPOSTA’ DO GOVERNO (OFÍCIO Nº 598/2005/SEAD-MEC)

Ministério da Educação/Gabinete do Ministro
Ofício nº 598/2005/SEAD-MEC

Brasília, 04 de novembro de 2005.

Ao: ANDES-Sindicato Nacional e Pró-IFES
Assunto: Proposta MEC

Senhores Dirigentes,

1. Após a análise criteriosa das ponderações apresentadas pelos docentes, que envolveu a elaboração de cálculos e o detalhamento de aspectos legais pertinentes, e diante dos limites orçamentários já especificados de R\$ 500 milhões para 2006, vimos **ratificar** a proposta apresentada pelo MEC no Ofício nº 581 de 21 de outubro de 2005 que consiste:

a) Aumento dos atuais percentuais de titulação em 50% passando: aperfeiçoamento de 5% para 7,5%; especialização de 12,5% para 18,75%; mestrado de 25% para 37,5% e doutorado de 50% para 75%.

b) Criação da Classe de Professor Associado com quatro níveis de progressão sendo: o nível 1 com 12% de “step” em relação ao vencimento básico da classe de professor adjunto 4; o nível 2 com mais 3% de “step” em relação ao nível 1; o nível 3 com 3% de “step” em relação ao nível 2; e o nível 4 com “step” de 3% em relação ao nível 3.

c) Aumento da diferença entre o vencimento básico da classe de professor adjunto 4, para o vencimento básico do cargo de professor titular dos atuais 21% para 26%.

d) Aumento nos valores da pontuação da GED para os professores com graduação (20%), especialização (16%), aperfeiçoamento (12%), e mestrado (5%) a fim de proporcioná-los a reposição da inflação do período.

e) Ampliação da pontuação da GED para os inativos, passando esta de 91 para 115 pontos a partir de julho de 2006.

f) Criação de Grupos de Trabalho com prazos

previamente estabelecidos para a discussão da carreira do magistério federal.

2. Aguardamos desde já, o posicionamento formal das entidades para que possamos dar prosseguimento a elaboração dos instrumentos legais pertinentes às propostas apresentadas.

Atenciosamente,

Jairo Jorge da Silva

Secretário Executivo

Ronaldo Teixeira da Silva

Secretário-Executivo Adjunto

REJEITAR A PROPOSTA DO GOVERNO MAIS UMA VEZ: MANTER, AMPLIAR E RADICALIZAR A GREVE

A semana que se encerra foi marcada por grande expectativa. As assembléias gerais aguardaram desde segunda-feira (31/10) uma proposta do MEC que fosse diferente daquela já apresentada. O MEC, de forma intransigente, postergou um processo de negociação em relação ao qual os docentes em greve, através do CNG/ANDES-SN, demonstraram firme disposição de diálogo. As negociações, que pareciam estar avançado, retrocederam, contrariando o conteúdo das conversações estabelecidas na semana anterior com o Secretário Jairo Jorge e negando todas as possibilidades que haviam sido levantadas nos encontros com os parlamentares da comissão de intermediação. Na reunião de 04/11, o MEC reapresentou pela terceira vez a mesma proposta, já duas vezes rejeitada pelo conjunto das assembléias gerais dos docentes em greve.

É importante ressaltar que o governo insiste em não conceder nenhum reajuste em 2005, não repondo, de fato, as perdas inflacionárias do governo Lula e utilizando como artifícios o aumento do incentivo à titulação e alteração do percentual de pontuação da GED, uma proposta construída sobre uma outra lógica, que tem como consequência aprofundar as distorções entre as carreiras dos professores de 1, 2, e 3 graus.

A lógica que leva o governo a manter sua proposta inicial com a alteração no percentual da pontuação na GED e avançar na

desestruturação da carreira sob a alegação de valorização da titulação é a mesma que o leva a recusar, apesar da viabilidade financeira, a promoção da paridade e da isonomia, bem como a valorização do salário base.

O sentido favorável à construção da carreira única é justamente o oposto. Isto revela o movimento ardiloso do MEC ao propor que a busca das convergências seja produzida em um pretenso Grupo de Trabalho sobre carreira.

Em nossa avaliação, o governo não aceita promover a paridade porque pretende manter sua política de desvalorização dos aposentados, tratando-os como mero ônus orçamentário e desrespeitando-os como pessoa humana. Além disso, o governo não aceita negociar com o CNG/ANDES-SN a isonomia entre as carreiras do magistério superior e a de 1º. e 2º. graus porque pretende fragmentar a identidade do trabalho docente, fragilizar as representações sindicais e também a luta em defesa do caráter público das Instituições Federais de Ensino. Em meio a uma forte campanha de cooptação das entidades sindicais, na qual inclusive os meios oficiais são utilizados com o objetivo de torná-las dóceis às políticas governamentais, o ANDES-SN reafirma-se como sindicato autônomo e referenciado nas deliberações de sua base.

São evidentes e notórios os vultosos recursos que o governo conseguiu acumular nos primeiros nove meses deste ano, antecipado, via superávit primário, muito além do exigido pelo FMI. Como consequência, sufoca a educação ao executar somente 12,98% dos recursos orçados para 2005, desobrigando-se do financiamento das políticas públicas e, sobretudo, das sociais. Esta política econômica ganha dimensão no âmbito do projeto governamental de reforma do Estado e orienta a sua concepção de carreira e sua proposta de privatização do ensino público. A recusa do governo aos princípios de isonomia, paridade e valorização do trabalho docente, que orientam nossa pauta, se dá, portanto, no âmbito do embate que envolve projetos distintos de Universidade. O problema, desta forma, não é orçamentário, mas de política de governo.

O posicionamento da categoria frente a esta política de governo já foi declarado por duas vezes nas assembléias gerais e encaminhado pelo CNG/ANDES-SN. Além disso, a força das manifestações nos estados e em Brasília, assim como a constante pressão do CNG/ANDES-SN sobre o executivo e sua atuação no parlamento, obrigou o governo a comprometer-se com a continuidade da negociação. Entre a alternativa de apresentar uma nova proposta que buscasse a

resolução do impasse com os princípios que defendemos, o MEC apostou no desgaste do ANDES - Sindicato Nacional e no enfraquecimento do movimento .

Por isso, a primeira resposta necessária das próximas assembléias gerais é o forte e decidido posicionamento pela continuidade da greve e novamente pela rejeição da proposta do governo. Trata-se de, a um só tempo, defender a pauta em negociação com o MEC, o nosso sindicato e o nosso projeto de Educação Pública.

Agora é ainda mais importante que as Seções Sindicais que aprovaram indicativos, mas ainda não aderiram à greve, o façam, mostrando que a insistência do governo em não atender aos princípios de nossa proposta só faz aumentar a indignação da categoria e a força da greve. Nas assembléias de docentes em greve é necessário que se faça o debate sobre as alternativas para ampliar a força do movimento em cada Instituição, com a paralisação de atividades que eventualmente ainda estejam em funcionamento. Intensificar a unidade com outras categorias em luta é necessário para que tais atividades ganhem em dimensão e visibilidade. Neste sentido, todas as atividades que possam fortalecer o movimento fazem-se, agora, fundamentais

A próxima semana será de intensificação dos contatos e pressões. Os reitores e conselhos superiores devem ser procurados pelos CLG's – assim como a ANDIFES pelo CNG/ANDES-SN – e instados a manifestarem posições de apoio à resolução da greve a partir das propostas que surgem das assembléias gerais e são encaminhadas pelo CNG/ANDES-SN. Os parlamentares, particularmente os da base aliada e do partido do governo, que através da comissão de intermediação da negociação se comprometeram a defender novos recursos para ampliar a proposta do MEC e afirmaram que outra lógica presidiria o que nos foi apresentado, serão novamente cobrados a se pronunciarem e a tomarem uma clara posição.

Cabe-nos avançar na pressão sobre outras esferas, como o próprio Ministério do Planejamento e a área da articulação política no Palácio do Planalto, solicitando audiência e exigindo que o governo se qualifique para uma negociação em bases sérias, exigindo audiência com o CNG e pressionando por uma negociação em bases mais sérias.

Da mesma forma que em momentos anteriores desta greve, será a força das assembléias gerais, a amplitude das manifestações dos docentes e a intervenção respaldada pela representatividade do CNG/ANDES-SN que poderão mudar a nosso favor os rumos da negociação com o governo.

O retrocesso do governo no processo de negociação exige de nós uma resposta firme: Trata-se de rejeitar a proposta do governo mais uma vez. Manter, ampliar e radicalizar a greve!

GREVE NAS IFES

Em Greve: ADUR-RJ, ADUFAC (Acre), ADUFMAT- ROO (Rondonópolis), ADUFPA (Pará), ASPUV (Viçosa), ADUFLA (Lavras), APRUMA (Maranhão), SESDUFT (Tocantins), ADUFMAT (Mato Grosso), SINDCEFET (MG), ADUFF (Niterói), APUFSC (Santa Catarina), ADUA (Amazonas), SESDUF (Roraima), ADOURADOS (MT-Campus Dourados), ADUFC (Ceará), ADUFPI (Piauí), SEDUFSM (Santa Maria), ADUFPel (Pelotas), ADUnB (Brasília), ADUFU (Uberlândia), ADUFOP (Ouro Preto), APES (Juiz de Fora), SINDCEFET (Goiás), ADUFEPE (Pernambuco), ADCEFET-RJ, ADUFPB, ADUFAL, SINDOCEFET (Ouro Preto), ADCAC (UFG), SINDUFAP (Amapá), SINDEFEOA (Alfenas), ADUNIFESP, ADFCAP (Ciências Agrárias-Pará), ADUC (Cajazeiras), ADUFS, ADUNIR (Rondônia), ADUFCG (Campina Grande). [38 AD's]

Indicativo de Greve com data: APROFURG, APUFPR, APUBH (Belo Horizonte).[3 AD's]

Com Indicativo, sem data: ADUFCG – Patos, ADUNI-RIO, ADUNIFEI (Itajubá), ADURN (Rio Grande do Norte), SINDFAFEID, SINDOCEFET-PR [6 AD's]

Sem Informação: ADUFES (empate com relação ao indicativo de greve), APUBH, ADAFA (Força Aérea), ADUFRJ, ASDESAM, ADCAJ (Jataí), ADFMTM (Triângulo Mineiro), ADUFMS [8 AD's]

Saída de greve: ADUFSCar.

Retirada do Indicativo de greve: ADFUNREI, APUB (UFBA e CEFET-BA), ADFUNREI, ADUFG.[4 AD's]

Contra a greve: ADUFERPE(Rural de Pernambuco).

**** Quadro de greve atualizado, a partir das informações do Comando Nacional de Greve (CNG) do ANDES-SN.**

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.